

O Trabalho como Potencializador da Vida nas Práticas da Assistência Social

Anna Luiza Trein
Jaqueline Tittoni
Jéssica Prudente

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, RS, Brasil*

RESUMO

Este estudo analisa trabalho e assistência nas políticas de assistência social a partir de reflexões originadas de dissertação de mestrado em psicologia social e institucional. O estudo parte do acompanhamento de um grupo de usuários da proteção social básica da assistência social, em um Centro de Referência da Assistência Social de uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. O estudo aborda uma problematização teórica da noção de trabalho como produção da vida e do viver, com base no pensamento marxista e foucaultiano, de modo a pensar o trabalho como produtor de trabalhadores sujeitos da assistência e de trabalhadores das políticas de assistência social. O estudo aponta que o trabalho está inscrito em jogos de poder, produzindo relações de dominação e resistência e que a psicologia e as diferentes intervenções do saber “psi” podem potencializar o caráter inventivo do trabalho.

Palavras-chave: Trabalho; assistência social; poder; parrhesia.

ABSTRACT

Labor as Supporting Element of Life in Social Welfare Policies' Practice

This study analyzes labor and social services regarding social welfare policies, a topic initially investigated in the author's Master's thesis in social and institutional psychology. This research charts the trajectory of a group of social welfare users in regards to labor and income generation within a city of the metropolitan region of Porto Alegre, in the state of Rio Grande do Sul, Brazil. The study addresses the problematic theoretical notion about working as production of life and living, based on Marxist and Foucauldian theories, defining labor as a producer of workers of welfare service users and workers of social welfare policies. The study indicates that labor is inscribed within structures of power producing relations of domination and resistance and that psychology and the various interventions of knowledge “psi” may give relevance to this inventive work character.

Keywords: Labor; social welfare policies; power; parrhesia.

RESUMEN

El Trabajo como un Potenciador de la Vida en la Práctica del Trabajo Social

Este estudio examina el trabajo y la asistencia en el marco de las políticas de bienestar y tiene como basis las reflexiones del proceso de tesis de maestría en Psicología Social y Institucional. Se llevó a cabo mediante el acompañamiento de un grupo de usuarios de la protección social de los servicios sociales básicos, que tenían vinculación con proyectos de trabajo y generación de ingresos, en una ciudad de la región metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. El estudio aborda una problemática teórica sobre el trabajo en la producción de la vida y de lo vivir, basada en el pensamiento de Marx y Foucault, para pensar el trabajo como productor de trabajadores sujetos a las políticas de asistencia y los trabajadores de las políticas de bienestar social. El estudio indica que el trabajo se puede entender como inscrito en los juegos de poder a producir relaciones de dominación y resistencia y que la psicología y las diversas intervenciones de los conocimientos “psi” pueden dar énfasis para el carácter inventivo del trabajo.

Palabras clave: Trabajo; asistencia social; poder; parrhesia.

INTRODUÇÃO

O trabalho tem sido objeto de produções e reflexões ao longo da história. Entendido como modo de produção da vida, o trabalho segue como fator crucial de problematização da produção dos modos de viver. Para além da discussão dos processos de trabalho ou do mercado de trabalho, campos já tradicionais dos estudos desta área, buscamos pensar como os modos de trabalhar e de viver podem entranhar-se, misturar-se e tecer-se em tramas complexas que podem definir percursos singulares. Deste modo, o interesse é provocar os modos cotidianos de viver a deixar transparecer as produções de vida possíveis através do trabalho. E, assim, pensar o trabalho como uma produção social, histórica, capitalista, subjetiva, inscrita em jogos de poder que se redefinem nos movimentos que articulam e desarticulam capital, trabalho e subjetividade.

Este estudo analisa o trabalho e as políticas de assistência social, a partir de reflexões produzidas durante o processo de realização de dissertação de mestrado nesta área no mestrado em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Trein, 2012), que foi realizado através do acompanhamento sistemático semanal de um grupo de usuários da proteção social básica da assistência social em um Centro de Referência da Assistência Social – CRAS em um município da região metropolitana de Porto Alegre. Este grupo discute questões relativas ao trabalho e à geração de renda no contexto de um programa municipal de transferência de renda. No entanto, este texto não trata deste estudo em sua totalidade, mas de um aspecto específico de nossas reflexões, a saber, a potência da discussão sobre trabalho na assistência e sua complexidade, quando focado nas tensões entre a condição de usuário da assistência – muitas vezes entendido como improdutivo e necessitado – e a condição de trabalhador – usualmente entendida como sujeito produtivo, capacitado para o mercado de trabalho. Desta forma, faremos referência a algumas situações deste estudo para referendar nossas reflexões sobre trabalho e assistência, que implicam tanto o usuário da assistência como trabalhador, quanto o trabalhador da assistência, conforme veremos ao longo do texto. Estas duas formas de ser trabalhador e viver do trabalho criam redes de cumplicidade e de provocação, nas quais o trabalho de uns provoca efeitos de modo importante no trabalho dos outros. Para esta exposição, partiremos de algumas considerações sobre o trabalho do psicólogo no âmbito das políticas públicas no campo da assistência social, para, então, pensarmos como trabalho e assistência podem tecer modos de vida e de viver.

O trabalho do psicólogo inserido no campo das políticas públicas no Brasil tem uma história recente, principalmente dentro do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), cuja Lei de nº 12.435 foi sancionada somente em julho de 2011. Desta forma, o CFP (Conselho Federal de Psicologia) tem identificado diferentes formas de atuação do psicólogo na assistência social e formulado diretrizes comuns ao fazer do psicólogo criando, por exemplo, o CREPOP (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas). O CREPOP tem por principal objetivo ampliar a atuação dos psicólogos na esfera pública e, com isso, contribuir com a promoção dos Direitos Humanos no Brasil.

Após encontros e debates com a categoria, foi elaborado um guia técnico para servir de referência para a atuação do psicólogo no SUAS, mais especificamente em nível da proteção social básica desta política, a saber o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social). Com base em preceitos da psicologia institucional e comunitária, o documento intitulado “Referências Técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS” (2007) passa, então, a regulamentar as práticas dos psicólogos nacionalmente nesta política pública, considerada “nova” para a psicologia. Toma-se aqui a atuação regulamentada do psicólogo dentro do nível de proteção social básica, porque o psicólogo passa a ser parte da equipe mínima dos CRAS exigida por lei, junto com assistentes sociais e educadores sociais.

Dentro do CRAS, o trabalho do psicólogo deve contribuir para a criação de condições para a autonomia das famílias atendidas, que estão em situação de vulnerabilidade social. Lane (2001 in CREPOP, 2007) diz que o trabalho do psicólogo é apontar para o ponto de interseção entre sua história individual e a história de sua comunidade, reconhecendo-o, com isso, como indivíduo produtor de sua história.

O compromisso ético-político do profissional da psicologia inserido na política de assistência social traz consigo um caráter de transformação social e de afirmação dos direitos e da vida da população com a qual se trabalha. Desta forma, busca fortalecer o usuário como um sujeito de direitos. Além disso, o psicólogo deve promover potencialidades e o protagonismo social, assim como estar atento a movimentos de controle social referentes ao território de sua atuação.

Para a psicologia, a condição de um sujeito de direito não só é importante, como também necessita ser rediscutida e problematizada no campo da assistência social, envolvendo a construção de novos significados. Nos textos da lei, é possível identificar que a autonomia aparece como um valor fundamental para esta construção em direção ao exercício de

cidadania: “é importante que o sujeito veja-se num lugar de poder, de construtor do seu próprio direito e da satisfação de suas necessidades” (Referência Técnica para atuação do psicólogo no CRAS/SUAS, 2007, p. 23).

No estudo sobre as relações entre trabalho e assistência social, a pergunta sobre a potencialidade do trabalho na produção desta autonomia e da potencialização do sujeito de direitos foi uma questão presente durante todo o processo. Esta questão no campo da assistência social está marcada pela problematização do próprio campo da assistência, por vezes legitimado pelo discurso assistencialista. Está, também, marcada pela problematização do trabalho que se produz nas lógicas capitalistas e dos atravessamentos, também, do discurso assistencialista que se tece nas tramas de poder que envolvem o capital, o trabalho e a subjetividade. O trabalho pode servir de estratégia de produção de direitos e da vida?

O termo estratégia é pensado aqui como aponta Foucault (1995): como estratégia de poder ou de confronto. Enquanto a de poder se refere aos meios necessários para manter determinada relação de poder, a de confronto vem questionar o “status quo” das relações de poder, atualizando-as, reorganizando-as. É principalmente com esta segunda noção, da estratégia de confronto, que nos parece que o trabalho dos psicólogos e das psicólogas se propõe a lidar, dentro da política de assistência, quando discute produção de subjetividade no contexto de transformação social. Porém, talvez seja necessário apontar para a constante tensão entre esses dois tipos de estratégia como um jogo de forças interdependentes.

Tecendo estratégias teóricas nas articulações entre trabalho e assistência para refletir sobre o trabalho dos usuários e dos técnicos na assistência social

Este estudo apresenta uma revisão teórica a partir de elementos levantados no encontro entre usuários e técnicos da política de assistência social, bem como a partir de questionamentos que foram surgindo ao longo do processo de pesquisa de mestrado. Tais elementos, que dizem respeito aos campos do trabalho e da assistência, puderam ser repensados à luz de principalmente dois referenciais teóricos: o pensamento foucaultiano, a partir do qual se pode propor o trabalho como inscrito em jogos de verdade – e como campo de produção de sujeitos – e o pensamento marxista que coloca o trabalho como produção capitalista. Estes dois referenciais são entendidos em uma relação agônica, de provocação, de estranhamento. Jamais de consenso, mas de possibilidade de alguns agenciamentos que mostram os modos como o trabalho pode tomar o

sujeito em produções de alienação, de invenção, de dominação e de autonomia, entre tantas outras que, possivelmente, podem mostrar-se à luz de outros equipamentos teóricos e conceituais, haja visto as evidências de tantas produções, ainda, inominadas e invisibilizadas no âmbito do trabalho.

As articulações aqui propostas também buscam pensar o trabalho nos entrelaçamentos entre o trabalho dos técnicos sobre o trabalho dos usuários, gerando estratégias de intervenção orientadas pelas diretrizes das políticas públicas de assistência social. Neste sentido, os trabalhos se agenciam, provocando outras produções e produzindo efeitos de verdade uns sobre os outros, criando uma espécie de cumplicidade histórica na qual o modo de fazer e entender trabalho de uns tem efeito sobre o modo de fazer e entender o trabalho de outros. No entanto, esta afirmação é demasiado complexa para uma análise tão breve e, desta forma, focaremos nossa discussão em alguns elementos articuladores destes “trabalhos”: o lugar do trabalho na assistência social, as estratégias do fazer falar – entre a confissão e a parrhesia como uma prática de franco falar, conforme será discutido ao longo desta exposição, e a produção do sujeito empresário de si, como uma forma de rearticulação dos trabalhadores ao mercado de trabalho. Estes três aspectos serão entendidos como três agenciamentos possíveis dos modos de trabalhar na assistência e de pensar teoricamente sobre trabalho e assistência social.

Para a discussão sobre a produção de subjetividade no campo da política de assistência, fazem-se necessárias algumas considerações sobre a noção de sujeito e de poder. No seu texto “O sujeito e o poder” (Foucault, 1995), o autor coloca que um ser humano não é naturalmente um sujeito, pois este é construído e produzido nas relações. Há um caminho a ser percorrido para essa transformação (de si) em sujeito. O sujeito deve tomar-se como objeto de conhecimento, para então reconhecer-se como sujeito.

Segundo explicita o autor, não se pode falar de subjetivação sem levar em conta as relações de poder em meio às quais, justamente, emerge o sujeito como efeito. “Poder” deve ser entendido, segundo Foucault (1995), como uma força agônica em relação a um campo de liberdade e com possibilidades de resistência e criação, e não como um elemento cristalizado em alguém ou alguma instância e oposto à liberdade.

O poder só se exerce sobre “sujeitos livres”, enquanto “livres” – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de

comportamento podem acontecer. Não há relação de poder onde as determinações estão saturadas – a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado (trata-se de uma relação física de coação) – mas apenas quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar (Foucault, 1995, p. 244).

Trata-se de sujeitos livres que operam as relações de poder, pois estas se dão sempre em forma de ação, com possibilidade de resistência. Entende-se a resistência ou “resistências, no plural” (Foucault, 1988, p. 91), como interiores às relações de poder e como possibilidades de estratégia (de escape ou) de luta, e a liberdade dos indivíduos ou coletivos. Se a liberdade não está garantida, em forma de possibilidades, diversidades de comportamentos e reações por parte dos indivíduos governados, então não há relação de poder, e sim, violência, dominação, escravidão, coerção.

A noção de resistência é fundamental para o entendimento de poder ou das relações de poder também, porque elas “introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e remodelando-os” (Foucault, 1980, p. 92). Desta forma, as relações de poder serão sempre instáveis, móveis, precárias, reversíveis e passíveis de transformação. As formas das relações de poder vão se atualizando na medida em que produzem e operam em um determinado regime de verdades, que legitima o verdadeiro e o falso através de um conjunto de regras de produção de verdades sobre o sujeito, a vida, o trabalho, a assistência, entre outros tantos (Foucault, 2004a).

O objetivo de Foucault (1990) era o de delinear uma história dos diferentes modos como os homens têm desenvolvido um saber acerca de si mesmos em nossa cultura. Portanto, é importante assinalar que não é somente com o poder, propriamente, que Foucault está preocupado, e sim, com o sujeito. Nesse sentido, o autor aponta para a importância de se pensar como o sujeito entra em determinados regimes (ou jogos) de verdade a partir das relações de poder nas quais se insere e ajuda a produzir.

Em “Foucault” (Foucault, 2004b), o autor retoma jogos de verdade: eles surgem da relação entre os modos de subjetivação e os modos de objetivação. Enquanto os primeiros dizem respeito a investigar a quais condições os sujeitos estão submetidos, os segundos referem-se a saber em quais condições se considera que um objeto consiga ser conhecido – sendo que o próprio sujeito é objetivado para (re)conhecer-se enquanto sujeito. E esta é uma pergunta recorrente

nos estudos de Foucault: quais são as condições de possibilidade de emergência de um certo fenômeno?

Uma das atualizações das relações de poder pode ser identificada no exercício do chamado “poder pastoral” (Foucault, 1995; 2008). Esta forma de poder apresenta um caráter ao mesmo tempo individualizante e totalizante e pode ser observado em diversos campos de prática, entre os quais destacam-se as práticas constitutivas da moral cristã: com o objetivo da salvação das almas, fazem-se “revelar os seus segredos mais íntimos” (p. 237) através de confissões.

O Estado também se utiliza de modulações do poder pastoral, muitas vezes através das políticas públicas com fins de segurança e manutenção da sua razão governamental (Foucault, 2008). Com efeito, o “poder do pastor é um poder que não se exerce sobre um território, é um poder que, por definição, se exerce sobre um rebanho” (p. 168), a população que se quer salvar. Uma característica desse poder é a relação de cuidado, de zelo com o rebanho. No entanto, zelo aqui também denota um caráter de vigilância e controle sobre a população. E a estatística é uma das ferramentas – e por que não dizer tecnologias – de maior confiança para a tarefa de governar a população, pois, como produção científica, produz conhecimento do Estado sobre si.

Ainda sobre o poder pastoral, também a psicologia e o serviço social, como campos de conhecimento implicados na política de assistência, cumprindo sua incumbência de bem conhecer e mapear a população que vive no seu território de atuação profissional, são instrumentos de saber-poder sobre as famílias, pois se utilizam de técnicas de “fazer falar” para poder enquadrar as famílias em uma modalidade de atendimento, objetivando-as e circunscrevendo-as. Seu trabalho está intrinsecamente ligado a este mecanismo das relações de poder. Neste sentido, pode-se pensar no trabalho destes profissionais, também, como ligado ao poder estatal, que é totalizante e individualizante: quer saber do comportamento de sua população como um todo (para melhor governá-la), mas também da vida secreta e particular de cada um dos seus indivíduos. Isto quer dizer que o trabalho dos técnicos de assistência está sendo, de certa forma, ordenado e organizado a fim de produzir estes dados sistematizados, inclusive para poder alcançar alguns dos sentidos do trabalho do profissional da psicologia, como por exemplo, a promoção da autonomia e a garantia de direitos dos usuários, conforme explicitado anteriormente. E também o seu lugar de trabalhadores é colocado sob a vigilância e o zelo estatal enquanto representantes do poder público.

Da mesma forma, o sujeito da política de assistência é convocado a confessar-se vulnerável

para ser usuário e a reconhecer-se nesta condição de sujeição. Mais do que isso: a confissão deve passar pela vulnerabilidade (muitas vezes, pela miserabilidade) para chegar também no desejo de autonomia desse sujeito. Afinal, se o SUAS é para quem dele necessita, então se pode supor que não é para todos e nem para sempre. Podemos falar, portanto, de um sujeito que se reconhece usuário da política a partir da sua confissão e que também deseja deslocar-se dessa condição na medida em que conseguir apontar saídas dessa situação de vulnerabilidade social para si e sua família – sejam elas quais forem, mas geralmente relacionadas ao fator econômico e, com isso, ligadas diretamente ao trabalho e geração de renda.

Castel (1998) refere que o trabalho equivale a um “suporte privilegiado de inscrição na estrutura social” (1998, p. 24). O trabalho ocupa, portanto, uma posição social histórica e central, conforme Castel (1998) e Lazzarato e Negri (2001). Os autores lembram que Marx concebia o trabalho vivo como algo de potência que, para além da produção de mercadorias, visa à produção de relações políticas.

Marx discute, em sua obra, os modos como a noção de trabalho vai sendo produzida como equivalente à força de trabalho que o trabalhador vende. Assim, o trabalho é uma força, não apenas um produto. Foucault parte deste modo de conceituar trabalho e considera-o “como uma conduta econômica” (2008a, p. 307) a ser estudada. E, enquanto conduta, o trabalho sempre vai estar inserido em regimes de verdade, inclusive no SUAS como uma forma de regime de verdade. Para o trabalho dos técnicos e agentes de cadastro de uma equipe de CRAS, por exemplo, as informações acerca do trabalho dos usuários importam, e muito, pois fornecem subsídios para o enquadre desse sujeito na política. Em outras palavras, o trabalho, como conduta, é uma inteligibilidade da qual o SUAS se utiliza para, entre outros, estabelecer o nível de vulnerabilidade social do sujeito e sua família. O cidadão que é acolhido pela assistência, após confessar-se desempregado, por exemplo, pode tornar-se sujeito usuário, sendo entendido como alguém a quem o SUAS se dirige. Este acaba sendo um dos eixos de acompanhamento do usuário durante a sua passagem pela assistência: suas condições de trabalhar e, com isso, prover a si e sua família.

O retorno ao mercado de trabalho é uma preocupação e um objetivo constante para o SUAS. Talvez seja esta uma espécie de “salvação do rebanho” que a rede discursiva SUAS busca junto aos usuários: criar condições para que entrem ou voltem ao mercado de trabalho. Foucault (2008a) usa o termo “*homo oeconomicus*” para falar do sujeito governável pela

racionalidade socioeconômica liberal. Tanto usuários quanto trabalhadores do SUAS estão sujeitos a esta racionalidade e operam com ela no seu fazer. Para entender melhor a noção de homem econômico como uma inteligibilidade, é preciso falar da ideia de biopolítica em Foucault.

Tratando-se de políticas públicas, pode-se entender o SUAS como uma biopolítica. “Biopolítica” (Foucault, 2008a) diz respeito à maneira de racionalizar os problemas da prática governamental através de fenômenos próprios de uma população. A arte de governar remete a reger a conduta dos homens com instrumentos estatais: age-se sobre a ação dos outros. Essa governamentalidade, isto é, a racionalidade exercida para governar uma população está ligada à conduta econômica do trabalho e do homem econômico. Foucault refere que o homem econômico é aquele que segue seus próprios interesses de produção, troca e consumo, é um chamado empresário de si, “sendo ele próprio seu capital” (Foucault, 2008a, p. 311).

Nessa perspectiva de entender o SUAS como uma biopolítica, pode-se pensar que os sujeitos atendidos só são governáveis quando são objetiváveis. Isto significa que precisam se tornar estudáveis enquanto objetos de conhecimento – entre outros para o campo da psicologia, para que então a biopolítica, que age sobre a sua conduta, possa compreender, ordenar e prever seu comportamento, seja ele de consumo, de produção, de moradia, de condições de vida ou de outros através, por exemplo, de instrumentos como o cadastro único.

Pode-se compreender que a política de assistência social, pertencente a uma racionalidade liberal, também almeje produzir sujeitos empresários de si, ou seja, que se auto-gerenciem. Talvez esta seja uma tradução possível do que a lei pode pretender como “autonomia”: sujeitos produzindo sua própria satisfação.

O campo prático e conceitual do trabalho está atravessado por diversas modulações das relações de poder, alienações e outras fragilidades que fazem dele um dos principais eixos de inclusão dentro da política de assistência social. E, no entanto, quando alguns grupos de usuários da política abordam questões relativas a trabalho, quando podem fazê-lo de outras formas, não mais só sob o formato de confissão, os efeitos podem ser outros. Fala-se das várias produções possíveis e potentes que podem emergir daí.

A análise que Marx (1844; Fernandes, 1989) faz sobre o lugar do trabalhador é com base na noção da economia política clássica que parte da propriedade privada como algo estabelecido. Nesse contexto, ou o sujeito é possuidor de propriedade privada e de meios de produção ou então é possuidor da força de trabalho. A criação de objetos/produtos que se dá através da ação

da força de trabalho sobre a natureza é o que Marx chama de objetivação da força de trabalho.

Nesse processo, o autor fala de escravização do trabalhador pelo seu objeto, pois este dá as condições de sobrevivência ao trabalhador, criando-se uma relação de interdependência. E como a natureza não lhe pertence e o trabalhador “apenas” aplica sua força sobre ela, o objeto tampouco pode ser tomado como objeto de consumo do trabalhador. Fala-se aqui de alienação (do alemão “*Entfremdung*”: tornar estranho a si). Mas a alienação com relação ao objeto não é a única que Marx descreve nesse processo de trabalho: ela ocorre também quanto à atividade, aos outros (semelhantes) e a si próprio.

Nesta perspectiva, o usuário do SUAS deve confessar-se vulnerável e, agora, também alienado. Do que trata, então, a autonomia prevista pela política assistencial para este sujeito? Poderia ser a capacidade de deslocar-se dessa rede discursiva na qual este é visto como um sujeito vítima do capital? Que outras produções são possíveis e que levam a reflexões para além da alienação do sujeito que Marx descreve?

Nardi (2006) associa a subjetividade ao trabalho como sendo a “maneira como os sujeitos vivenciam e dão sentido às suas experiências de trabalho” (p. 21). De acordo com o autor, as origens latinas da palavra “trabalho” associam trabalho a castigo e sofrimento: “*tripalium*” (triângulo que prendia e guiava boi) e “*trepalium*” (instrumento de tortura de três pés); a palavra inglesa “work” vem de “*werg-on*” (fazer). O trabalho concebido como vocação (“*Beruf*”) a partir da Reforma Protestante difere da tradição católica na qual trabalho era igual a castigo.

As bases etimológicas da palavra trabalho remetem, como vimos, a um entendimento bem determinado de sofrimento e sujeição. No entanto, não é isto o que escutamos no grupo de usuários que acompanhamos ao longo da produção da dissertação. As falas dos integrantes do grupo, produzidas no contexto da pesquisa, indicavam justamente outros aspectos para além do debate do trabalho enquanto alienante, produtor de sofrimento e dominação: os usuários traziam a ideia de trabalho justaposta à produção de/na sua vida, criando e educando filhos, cuidando e limpando a casa, construindo casas que persistem no tempo, perguntando-se sobre a maneira como são vistos social e economicamente, se têm crédito no comércio, procurando outras possibilidades de geração de renda para sua família a partir de habilidades manuais, articulações político-partidárias, entre outros. Produção de si enquanto usuário, trabalhador, inventando-se a si próprio e, com isso, deslocando-se da condição primeira à qual correspondia quando da “confissão” à equipe técnica do SUAS.

As operações do sujeito sobre si mesmo, com a finalidade de confessar-se, constituem um modo de subjetivação e podem ser relacionadas teoricamente com o contexto das pesquisas de Foucault (1990) que tinham como objetivo delinear uma história dos diferentes modos sobre como os homens têm desenvolvido um saber acerca de si mesmos em nossa cultura. Segue-se disso que o aspecto fundamental nesse viés analítico consiste em compreender estes saberes como jogos de verdade, relacionados com técnicas que os homens utilizam para entender-se a si mesmos.

Foucault (1990, p. 48) fala de quatro tipos de tecnologias que podem ser pensadas no âmbito da produção:

- 1) tecnologias de produção, que nos permitem produzir, transformar ou manipular coisas;
- 2) tecnologias de sistemas de signos, que nos permitem utilizar signos, sentidos, símbolos ou significações;
- 3) tecnologias de poder, que determinam a conduta dos indivíduos, os submetem a certo tipo de fins ou de dominação, e consistem em uma objetivação do sujeito;
- 4) tecnologias do eu, que permitem aos indivíduos efetuar, por conta própria ou com a ajuda de outros, certo número de operações sobre seu corpo e sua alma, pensamentos, conduta, ou qualquer forma de ser, obtendo assim uma transformação de si mesmos com o fim de alcançar certo estado de felicidade, pureza, sabedoria ou imortalidade.

Cada uma das tecnologias apresentadas está relacionada com um tipo mais ou menos específico de dominação e, segundo o autor, elas não funcionam isoladamente. Um exemplo explicitado de agenciamento entre duas dessas tecnologias é a relação colocada entre a manipulação das coisas e a dominação, evidenciada na obra “*O Capital*” (Marx, 1982). Para Marx (1982), a predominância da manufatura como processo de produção capitalista entre os séculos XVI e XVIII teve como efeito a especialização dos trabalhadores, o ganho de novas habilidades que dessem conta de determinadas tarefas de aperfeiçoamento do produto dentro do processo de produção total.

Nessa relação, “cada técnica de produção requer uma modificação da conduta individual, não só das habilidades como também das atitudes” (Foucault, 1990, p. 49). Isto quer dizer que à maneira como o quadro geral do trabalho vai se modificando e acrescentando novas especificidades à racionalidade econômica e política, também os sujeitos trabalhadores

vão modificando sua relação com este campo, produzindo-se disto novos efeitos e novos jogos de verdade.

Como é possível pensar o trabalho e entendê-lo no contexto deste campo conceitual? As tecnologias de poder, visibilizadas nas relações de poder, permitem o agenciamento e a produção das outras tecnologias apontadas (tecnologias de produção, de sistemas de signos e as do eu), as quais são passíveis de análise apenas quando inseridas na concepção de poder como campo estratégico de forças, produto e produtor dessas relações.

Em relação ao trabalho na assistência social, pode-se pensar na objetivação do sujeito enquanto trabalhador da assistência, submetido a determinadas regras de conduta e que deve realizar determinados procedimentos e processos. O sujeito torna-se legitimado e se reconhece na condição de trabalhador, inserido nos jogos de verdade e de poder da assistência e, no espaço da produção de subjetividade, ele poderá potencializar práticas de liberdade.

Entretanto, observa-se que há algo a mais que está para além do trabalho prescrito, da tarefa, daquilo que se consegue visualizar e demandar deste trabalhador. Entre o que está na ordem de uma prescrição como tarefa a ser realizada pelo trabalhador e o que ele faz realmente há uma “distância”, um intervalo. Esta “distância” pode abrir espaço para a possibilidade de escolhas e de uma certa liberdade para que o trabalhador realize sua tarefa, evocando o que se poderia pensar como uma ética do trabalho ou trabalho ético (Foucault, 2010). No trabalho ético, o sujeito experiencia os jogos de verdade como um conjunto moral e opera sobre/com eles de tal forma, que consegue relacionar-se com eles de maneira ética. Desse modo, a “distância”, como campo de potenciais práticas de liberdade, que se cria entre o que é prescritivo e o que se torna efeito é o próprio trabalho ético do sujeito sobre si mesmo e seu fazer.

De acordo com Leplat e Hoc (1983 in CLOT, 2006, p. 115) “a tarefa é aquilo que se tem a fazer e a atividade, aquilo que se faz”. Pensar o trabalho como produção (não só de bens materiais, mas de sujeitos) exige o uso de tecnologias relacionais e tecnologias do eu, para as quais não há prescrição, restando ao sujeito (trabalhador) criar e inventar. Segundo Clot (2006, p. 116): “A atividade é uma prova subjetiva em que cada um enfrenta a si mesmo e aos outros para ter uma oportunidade de conseguir realizar aquilo que tem a fazer”.

A partir dessa noção de atividade, podemos associar a ela a ideia foucaultiana de estratégia de confronto, na qual os sujeitos vêm interrogar-se sobre as relações de

poder de dentro delas, possibilitando outros arranjos de forças e vetores (direções). Talvez surjam daí novas modulações das relações de poder, visibilizadas na relação entre usuários e a política de assistência, por exemplo.

O usuário da política de assistência também é produzido e objetivado nos discursos desta política, operando relações singulares nas relações entre trabalho e assistência. Enquanto usuário da política, o sujeito deve confessar-se como necessitado para poder entrar nessa ordem discursiva, produzindo modos de subjetivação, modos de ser “usuário”. No entanto, junto a essas confissões, não cessam de operar outras relações, outras tecnologias do eu que agenciam transformações desses usuários em “trabalhadores”. Outros discursos vão sendo produzidos em torno de um saber-fazer, relacionados também às tecnologias de produção, evidenciando modos de construir/manipular/transformar coisas e objetos em atividades, em trabalho, ainda que, estas não sejam reconhecidas e legitimadas socialmente.

O agenciamento das tecnologias de produção (ligadas à produção, transformação ou manipulação das coisas) é mais evidente quando a finalidade de seu uso é a obtenção de algo material, concreto, visível. Contudo, como pensar este tipo de tecnologia no “trabalho” dos usuários sobre si mesmos, no sentido de produção de outros modos de ser sujeito, de transformação, de criação e de passagem de uma prática de confissão para a construção de outras relações consigo e com os outros? Os usuários realizam um certo número de operações sobre si mesmos, sobre sua conduta ou seus pensamentos, nas relações com outros sujeitos, em um contexto que convoca constantes problematizações e reflexões. A partir desse trabalho sobre si, os sujeitos podem produzir transformações de si mesmos, pois são convocados, a todo momento, a criar estratégias e inventar novos modos de ser diante das normas, dos procedimentos, diante de si mesmos, das suas limitações e potências e dos demais sujeitos.

Uma maneira de inventar-se e constituir-se como sujeito diante das normas pode ser a chamada “parrhesía”. Parrhesía é uma técnica “que permite ao mestre utilizar como convém, nas coisas verdadeiras que ele conhece, o que é útil, o que é eficaz para o trabalho de transformação de seu discípulo” (Foucault, 2010, p. 216). É um campo de liberdade, dentro dos jogos de verdade, que pode permitir ao sujeito usar o que lhe convém – em termos de conhecimentos sobre si e sobre o mundo – e o que for necessário para que ele se transforme. Essa é precisamente uma prática de si, trabalho de si sobre si.

Os elementos de confissão, diz Foucault (2010), não são operadores; são instrumentais. “Não têm valor espiritual” (Foucault, 2010, p. 326). Parrhesía significa poder dizer tudo, aberta e francamente. Diz-se tudo que é útil e verdadeiro sobre si e entende-se a parrhesía como uma qualidade moral que se espera do sujeito que fala. Mas também funciona como um ordenamento necessário ao discurso – principalmente filosófico –, pois se exige que haja uma lógica ordenadora no que se diz (“lógos” e “lexis”).

Parrhesía pode ser pensada como uma ética e uma moral, ao mesmo tempo uma técnica e uma arte. São “regras da formulação do discurso de verdade” (Foucault, 2010, p. 329). Trata-se da atitude moral junto com a técnica; ambos são necessários para compor um discurso verdadeiro para a “constituição de si mesmo como sujeito de soberania sobre si mesmo e sujeito de veridicção de si para si” (Foucault, 2010, p. 334). Não deve ser uma fala lisonjeira (discurso falso e que cria dependência), nem colérica e nem retórica (como uma arte de persuadir); esta última apenas na medida em que o sujeito utilizar-se das regras retóricas para dizer verdadeiramente de si – aqui ele goza de um campo de liberdade. Diferentemente da lisonja, a parrhesía cria condições de, ao falar-se abertamente ao outro, constituir uma relação consigo mesmo que seja independente e satisfatória. O objetivo da parrhesía como fala franca ao outro é, pois, criar condições para que o sujeito discípulo não necessite mais do discurso do mestre, justamente porque este discurso foi verdadeiro e teve efeito de verdade sobre o sujeito.

Foucault (2010) aponta que precisa haver todo um contexto para que se possa praticar a parrhesía como discurso de verdade: a ocasião ou circunstância – momento oportuno (“kairós”), a capacidade de os ouvintes conseguirem compreendê-la, as regras de prudência de quem fala, as condições de possibilidade de poder dizer algo verdadeiro em determinado momento, em determinada situação. Com esta formulação, talvez se possa pensar na existência de jogos entre a confissão e a parrhesía nas relações entre usuários e trabalhadores do SUAS, já que o sujeito que fala verdadeiramente de si, de sua situação atual, escolhe falar de tal aspecto que julga ser pertinente naquele momento para o técnico avaliar suas condições. Em outras palavras, dentro das práticas de confissão, é possível haver um jogo de liberdade no qual se possa dizer de si mesmo e somente na medida em que o sujeito tiver habilidade e interesse para tal. Isto aponta, ao nosso ver, para uma possibilidade de escape e de deslocamento das práticas de confissão, antes entendidas como um imperativo.

No entanto, há de se perguntar se durante as práticas de confissão, é possível ao sujeito que realmente tenha

espaço para constituir-se a si próprio e prescindir do outro/mestre/técnico/política pública. Talvez a parrhesía seja a possibilidade de autonomia da qual a lei do SUAS trata: é preciso trabalhar na direção de “libertar” as famílias da própria intervenção, possibilitando a construção de outros caminhos. Porém, ao contrário do que Foucault (2010) aponta como necessário para a parrhesía, na política de assistência social não se trata de agir generosamente e sem interesses no exercício da parrhesía; ambos (técnicos e usuários) parecem ter interesses evidentes.

Apontamentos e considerações

As reflexões propostas sobre o trabalho, a assistência e algumas tecnologias utilizadas por trabalhadores e usuários da política fazem pensar que há importantes processos de produção/prática de si nos encontros provocados no contexto da assistência social.

O trabalho, e, neste caso, enfocando especificamente o trabalho no campo das políticas de assistência social, está sempre em transformação, na medida em que os sujeitos que se relacionam com essas práticas se utilizam de forma variada das tecnologias que estão à disposição para produzir-se e reconhecer-se como sujeitos. Assim, o trabalho pode mostrar sua potência de produção da vida e de sujeitos, como elemento importante na reinvenção dos modos de ser sujeito e de viver, para além das lógicas prescritivas que marcam fortemente o trabalho capitalista.

A categoria trabalho pode ser, dessa forma, um campo potente para o sujeito poder dizer verdadeiramente de si, poder colocar-se como transformador de sua condição de sujeito a partir de um trabalho ético em um campo de liberdade. Esta potência pode ser explorada e provocada pelo trabalho da psicologia e das diferentes operações do saber psi no campo da assistência social, através da criação de oportunidades de experiência para os sujeitos em um campo de liberdade. Esta experiência poderá ser abordada através do trabalho ético realizado a partir do acolhimento e da escuta do sujeito como sujeito de direitos. Ser sujeito de direitos talvez seja, neste contexto, poder transitar pelas várias tecnologias e jogos de verdade, na medida em que estes precisamente sirvam para dizer algo verdadeiro sobre o sujeito: o que elas podem potencializar para a vida?

A partir destas reflexões, pode-se apontar para a importância da realização de estudos que confrontem as políticas públicas de assistência social brasileira com outros cenários como, por exemplo, o europeu, uma vez que a crescente crise do universo de trabalho em terras europeias possivelmente tem trazido também à tona a necessidade de se repensar e refinar políticas de assistência.

REFERÊNCIAS

- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Editora Vozes. 611 p.
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília, CFP, 2007. (re-impressão 2008).
- Clot, Y. (2006). *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, vol. 1.
- _____. (1990). *Tecnologías del yo y otros textos afines*. Barcelona: Paidós Ibérica.
- _____. (1995). O sujeito e o poder. In H. Dreyfus. & P. Rabinow. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (p. 231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (2004). A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In M. Foucault. *Ética, sexualidade, política* (267 p.). Rio de Janeiro: Forense Universitária (Ditos e Escritos V).
- _____. (2004). Foucault. In M. Foucault. *Ética, sexualidade, política* (267 p.). Rio de Janeiro: Forense Universitária (Ditos e Escritos V).
- _____. (2008). *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2008). *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2010). *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Lazzarato, M., Negri, A. (2001). *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A. 108 p.
- Marx, K. (1844). Manuscritos econômico-filosóficos. Primeiro Manuscrito. [On line] <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap01.htm>>. Acesso em: 23 out. 2011.
- Marx, K. (1982). *O capital – crítica da economia política*. Livro 1: O processo de produção do capital. (7ª ed.) (Vol. I; p. 41-579). São Paulo: Difusão Editorial.
- Marx, K. (1989). Trabalho alienado e superação positiva da autoalienação humana. In F. Fernandes (Org.). *Marx-Engels – História* (3ª ed.) (pp. 146-164). São Paulo: Atica.
- Nardi, H.C. (2006). *Ética, trabalho e subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 222 p.
- Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social* (PNAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, novembro 2004.
- Trein, A.L. (2012). *O que estamos fazendo aqui? Sobre o pesquisar e a autonomia nos jogos de visibilidade do SUAS*. [Dissertação de Mestrado não publicada]. Curso de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS.

Recebido em: 12.12.2011. Aceito em: 25.09.2012

Autoras:

Jaqueline Tittoni – Pós-doutora em Psicologia Social pela Universidade Autônoma de Barcelona; Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Anna Luiza Trein – Mestre em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Jéssica Prudente – Mestre em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Enviar correspondência para:

Jaqueline Tittoni
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia Social e Institucional
Rua Ramiro Barcelos, 2600, sala 201 – Bairro Santana
CEP 90100-550, Porto Alegre, RS, Brasil
E-mail: jaquemin@terra.com.br